

ARQUITETANDO SABERES: REFLEXÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NAS UNIDADES ESCOLARES DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Kênia Cristina Borges Dias ¹

RESUMO

Organizar o trabalho pedagógico nas escolas de Educação Básica é essencial para criar processos educativos que façam sentido na vida de discentes, docentes e comunidade escolar. Este texto convida à reflexão sobre como planejar, articular e colocar em prática ações pedagógicas que sejam mais do que cumprir protocolos, mas sim espaços de diálogo e construção coletiva. Partindo de experiências reais, discutimos como a rigidez de currículos engessados, a falta de tempo para trocas entre educadores e a desconexão com as realidades locais podem distanciar a escola de seu propósito maior: formar pessoas críticas e sensíveis ao mundo. Propõe-se, um olhar cuidadoso sobre o cotidiano escolar. Quando as ações pedagógicas são fragmentadas, como em uma receita pronta, perde-se a chance de tecer conhecimentos que dialoguem com as urgências sociais, culturais e afetivas dos alunos. É preciso, então, repensar a gestão do tempo, abrir espaço para escutas genuínas e fortalecer a colaboração entre todos que fazem a escola, incluindo famílias e estudantes. As tecnologias, nesse contexto, não são ferramentas isoladas, mas aliadas para inovar sem perder de vista o valor humano. A metamorfose começa quando educadores se permitem experimentar, errar e cocriar, rompendo com modelos que aprisionam a criatividade. Reorganizar o trabalho pedagógico não é só mudar métodos, mas transformar a cultura escolar, valorizando histórias, diversidades e o direito de cada um de aprender com significado. Portanto, a reflexão é um chamado para que as escolas se reinventem como territórios vivos, onde ensinar e aprender sejam atos de esperança e liberdade. Para fundamentação, adotar-se-á uma abordagem qualitativa, ancorada em princípios da investigação bibliográfica em autores renomados, tais como Libâneo (2012), dentre outros, com o mote de contextualizar as problemáticas identificadas.

Palavras-chave: Desafios, Educação Básica, Inovação educacional, Organização do trabalho pedagógico, Práticas pedagógicas.

¹ Mestra em Literatura Crítica pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC - GO; prof.keniacristina@hotmail.com



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O meio educacional é repleto de temas para discussão entre os seus pares. Dentre eles, pode-se destacar a organização do trabalho pedagógico, item fundamental para a qualidade da educação. Portanto, tanto educadores quanto a sociedade necessitam compreender sobre os formatos de estruturação das práticas pedagógicas, bem como as possíveis interferências no aprendizado do indivíduo.

Como responsáveis pela formação intelectual, afetiva e ética dos alunos, os professores necessitam ter consciência das determinações sociais e políticas, das relações de poder implícitas nas decisões administrativas e pedagógicas do sistema e da maneira pela qual elas afetam as decisões e ações levadas a efeito na escola e nas salas de aula (Libâneo, 2012, p. 416).

Libâneo (2012) auxilia educadores e gestores a compreender melhor sobre os procedimentos para melhor organizar o trabalho pedagógico no âmbito escolar. Não é uma regra e sim, explicações que proporcionam melhor adequação. Logo, será primordial considerar também os desafios enfrentados pelos professores e as probabilidades de inovações.

A pesquisa é de cunho bibliográfico, com reflexões sobre a contextualização da educação básica, a incumbência do docente na organização do trabalho pedagógico e os desafios enfrentados por professores e gestores. Reflexão de suma importância, pois é necessário compreendermos sobre o processo educacional e o que o rodeia.

O estudo bibliográfico conta com legislação vigente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 2024), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2028), Constituição Federal (1988) e os teóricos Libâneo (2012), Cavaliere (2014), Esteban (2012), Pimenta (2012), Thiessen (2011).

REFERÊNCIAL TEÓRICO

Desde o nascimento, todo o indivíduo tem legalmente garantido o direito à educação, à saúde e ao lazer. Portanto, no art. 205 da Constituição Federal, é determinado que a educação “será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 2008, p. 57).

Embora tenhamos os direitos resguardados por lei, compete a nós professores, leitores e até mesmo à sociedade realizar a reflexão referente à qualidade do ensino ofertado para as



crianças, jovens e adultos. Uma vez que é notória a gama de obstáculos que circundam a educação, os quais dificultam os processos ensino aprendizagem. É perceptível a variedade de empecilhos que prejudicam a perfeita organização do trabalho pedagógico, dentre os quais podemos mencionar a qualidade da infraestrutura e a ausência de qualificação de alguns gestores.

É pertinente mencionar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (2024) é um documento legal e estabelece todas as diretrizes para a educação brasileira, conceitos, definições de níveis e modalidades de ensino. Logo, toda a equipe gestora necessita conhecer e tentar organizar o trabalho pedagógico conforme a legislação vigente.

É pertinente também elencar a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018). O documento foi elaborado a muitas mãos, ou seja, pessoas envolvidas no processo educacional do país e estabelece tanto as habilidades quanto as competências necessárias para o todo o desenvolvimento do indivíduo durante a educação básica.

A BNCC (2018) possui uma significativa estrutura. Para a etapa da educação infantil constata-se os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, bem como os campos de experiência. Já para o ensino fundamental, ele foi separado em duas etapas, o fundamental I e o II, e no currículo constam áreas de conhecimento, competências específicas por área (Brasil, 2018).

Com o conhecimento da legislação educacional, é pertinente refletir sobre a parcela de contribuição do docente em todo o processo organizacional do trabalho pedagógico escolar. E pode-se dizer que o professor não pode ser substituído por nenhuma outra ferramenta. Logo, “nada substitui um bom professor. Nada. Nada mesmo. Nada o substitui para apresentar o mundo, todos os mundos, aos mais novos. Nada o substitui para dar aos alunos a possibilidade de chegarem mais longe, aonde nunca chegariam sem o seu trabalho, sem a sua dedicação” (Nóvoa, 2023, p. 41).

O professor é o responsável pela dinamização ambiental com o mote de propiciar o desenvolvimento das habilidades e competências necessárias para a evolução intelectual e social do indivíduo. A função deste profissional é “primordial como pilares da democracia, numa educação baseada nos direitos humanos e nos deveres que esses direitos impõem” (Nóvoa, 2023, p. 17) Para que isto realmente aconteça, é fundamental, que o corpo docente tenha acesso à formação continuada, realize atualizações tanto metodológicas quanto das práticas educativas.



A responsabilidade pela formação do professor em exercício é em primeira instância dele, pois ele “necessita de conhecimentos e práticas que ultrapassem o campo de sua especialidade” (Pimenta, 2012, p. 21). Entretanto, as redes de ensino também podem e devem proporcionar momentos de formações continuadas, em vários momentos do ano escolar. Com essa ação, ele terá mais autonomia e seus direitos serão resguardados. A formação o transformará em ser mais livre para realizar o planejamento das aulas e decidir quais metodologias utilizar, conforme com o perfil da turma. A partir do momento que o professor tem liberdade em sua sala de aula, ele consegue realizar adaptações adequadas para obter o melhor rendimento do processo ensino aprendizagem e transformação da escola.

Um aspecto de grande relevância do trabalho pedagógico é a organização curricular. Ele necessita de flexibilidade para atender as demandas e realidades locais. É sabedor que as diretrizes e normativas já vem estabelecidas pelos órgãos superiores. No entanto, a equipe gestora tem autonomia para adequação conforme a lei, só não pode infringir, mas utilizá-la da melhor forma.

O documento engessado dificulta a inovação nas práticas pedagógicas.

É convergente entre pesquisadores e educadores a proposta de uma escola mais aberta, com currículo flexível, que considere as diferentes formas de inserção da criança na realidade social, que compreenda a existência e a manifestação das diferentes infâncias decorrentes das inúmeras realidades sociais vivenciadas pelas crianças em sua individualidade, enfim, que lide bem com diferentes linguagens, manifestações infantis, repertórios de vivências e expectativas (Thiesen, 2011, p. 255).

Diante desta perspectiva, é primordial realizar reflexões sobre as metodologias utilizadas no interior das salas de aula. Vivemos em uma nova era e nem sempre abordagens tradicionais serão eficazes para todo o aluno, principalmente em um contexto em que trabalha para a promoção de aprendizagens significativas. Portanto, compete ao professor enxergar mais longe para tomar consciência das intenções dos formuladores das políticas e diretrizes, das práticas escolares que elas induzem, a fim de se tornarem peças essenciais no processo de transformação.

Na atualidade o professor se vê diante de muitas barreiras na organização de seu fazer pedagógico, um exemplo vivo, é a carga horária excessiva imposta pelo sistema, muitas avaliações internas e externas. Podemos constatar isso, ao verificar os formatos de avaliação existentes no meio educacional. A avaliação é um dispositivo fundamental, no entanto, em muitos casos, é utilizada para punir ou inibir o indivíduo, limitando-se à aplicação de provas



que apenas definem o conhecimento acumulado ao longo do ano escolar. Portanto, é necessário repensá-la como um processo contínuo e que considere outros aspectos do desenvolvimento do estudante.

A avaliação é importante, mas devemos tomar cuidado com o formato executado. Portanto, “o fracasso escolar é um processo, não se realiza da noite para o dia, tem muitas nuances, muitos entrelaçamentos. A escola vai produzindo em seu cotidiano uma série de classificações que indicam o lugar do fracasso” (Esteban, 2006, p. 13).

O professor é um dos responsáveis pela organização do trabalho pedagógico, compete a ele pensar o melhor formato para avaliar seus alunos, pois é ele que está lá, no chão da sala de aula, conhece os pontos fracos e fortes do alunado. No entanto, necessita auxilia da equipe gestora para solucionar grande demanda de problemas detectados por ele.

Não podemos negar que a avaliação existe, e são aplicadas anualmente avaliações externas para mensurar o aprendizado tanto do alunado quanto o desempenho do professor. Logo, avaliar “reflete determinada concepção de educação, do papel do professor e do que é conhecimento” (Libâneo, 2012, p. 364).

Outro elemento essencial a ser destacado é a educação em tempo integral. Ela está presente na legislação, no entanto, para que ela aconteça na prática, é necessário que a infraestrutura das unidades escolares seja toda estabilizada. A maioria das escolas não estão adequadas para receber o aluno o dia todo, uma vez que terá que realizar atividades diversificadas, o ambiente deve ser propício. “Não parece haver dúvida de que uma das grandes motivações para a ampliação da jornada escolar é a necessidade das famílias de terem as crianças e adolescentes protegidos e assistidos durante o período de trabalho dos pais” (Cavaliere, 2014, p. 1211).

Esse é o problema, aumento da carga horária, responsabilidade a mais. É evidente que auxilia realmente as famílias que necessitam, mas até que ponto a estruturação pedagógica é suficiente para atender esse aluno? Será que é viável a criança ficar tanto tempo ausente da família? E o que agregará a ele, a permanência em tempo integral?

Se a unidade escolar não possuir uma boa organização pedagógica, é tempo perdido. Ou seja, o planejamento deve ser bem elaborado e para atendimento às necessidades, em muitos casos, individuais do aluno. Logo, o currículo deve “garantir uma formação básica comum para todas as crianças, jovens e adultos, o que implica igualdade de condições no processo formativo.” (Libâneo, 2012, p. 253)



Outro desafio que não pode ser esquecido é a função da gestão escolar como elemento facilitador. Se a equipe gestora não estiver de mãos dadas com os agentes educacionais, nenhum processo terá resultado eficaz, ou seja, é necessária uma gestão participativa, pois ela desempenha uma incumbência vital na organização do trabalho pedagógico.

A direção e a coordenação correspondem a tarefas agrupadas sob o termo gestão. A gestão refere-se a todas as atividades de coordenação e acompanhamento do trabalho das pessoas, envolvendo o cumprimento das atribuições de cada membro da equipe, a realização do trabalho em equipe, a manutenção do clima de trabalho, a avaliação de desempenho (Libâneo, 2012, p. 475).

Diante desta vertente, é notória a importância da gestão no processo organizacional e também pedagógico. É a gestão que busca parcerias com outras instituições para engrandecer o trabalho com novas metodologias e experiências.

RESULTADOS DAS DISCUSSÕES

A reflexão temática “Organização do trabalho pedagógico” conduz o docente a pensar sobre o fazer pedagógico, uma vez que, a cada momento, surgem novas demandas para que o professor consiga executar.

A teoria é sempre bem-vinda, no entanto, ela precisa ser bem compreendida para que não seja executada erroneamente. O fazer pedagógico é primordial no processo ensino-aprendizagem, por isso, é necessário que a unidade escolar seja bem organizada e também administrada.

Sabedores da teoria referente à organização do trabalho pedagógico, é fundamental que tanto o corpo docente quanto a equipe gestora possam utilizá-la para o benefício de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Fácil não é gerir uma unidade educacional, mas, a partir do momento que está lá, no chão da escola, é imprescindível dar valor a todo o conhecimento adquirido.

A adaptação ao ambiente sempre será necessária, uma vez que a teoria aponta o caminho, mas isso não indica que deva ser seguido literalmente. Até porque, os desafios estão em todos os ambientes, que seja escolar ou familiar. Portanto, o “exercício profissional do professor compreende ao menos três atribuições: a docência, a atuação na organização e na gestão da escola e a produção de conhecimento pedagógico” (Libâneo, 2012, p. 41).

Conforme o pensamento de Libâneo (2012), o professor está presente em todas as etapas



da organização pedagógica numa unidade educacional. Ele é fundamental e deve ser valorizado por isso. Além deste detalhe, o professor atua dentro da unidade escolar, no entanto, seu planejamento, uma carga horária considerável, é realizado em casa.

Diante disso, toda a organização pedagógica deve levar em consideração muitos detalhes. O primeiro deles é a elaboração conjunta do Projeto Político Pedagógico, pois nele contempla projetos e deliberações importantes que farão parte do planejamento anual e diário do professor. O segundo é parceria entre a equipe gestora e a equipe docente, ambos precisam trabalhar de mãos dadas para que o processo ensino-aprendizagem adquira resultados positivos.

Não adianta cobranças, nem imposição. No meio educacional é relevante a união entre todos os envolvidos para que a organização do trabalho pedagógico seja eficiente. Haja vista que a unidade escolar tem um grande objetivo: a qualidade do ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A parte pedagógica na unidade escolar sempre foi desafio e sua organização ainda mais complexa, por isso, necessita reflexões cotidianas em inúmeros aspectos envolvidos no processo educacional. A incumbência do professor, a flexibilidade curricular, o processo avaliativo e a gestão participativa são ingredientes basilares para a promoção de uma educação com qualidade e equidade.

Para que a organização pedagógica avance, é essencial haver compromisso de todos os segmentos envolvidos no processo ensino-aprendizagem, equipe gestora, professores, agentes educacionais e a sociedade civil. Essa união trabalhará em prol de um ambiente educativo inovador e também inclusivo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018

CAVALIERE, Ana Maria. **Escola pública de tempo integral no Brasil: filantropia ou política de estado? Educação e Sociedade**. Campinas. V. 35 nº 129, 2014.

ESTEBAN, Maria Teresa. **Sala de aula – dos lugares fixos aos entrelugares fluídos**. Revista Portuguesa de Educação. Universidade do Minho, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização**/José Carlos



Libâneo, João Ferreira de Oliveira, Mirza Seabra Toschi – 10 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NÓVOA, Antonio. **Professores: libertar o futuro**. 1. Ed. São Paulo: Diálogos Embalados, 2023.

PIMENTA, Selma Garrido. **Apresentação da coleção**. In: Educação Escolar: Políticas, estrutura e organização/José Carlos Libâneo, João Ferreira de Oliveira, Mirza Seabra Toschi – 10 ed. São Paulo: Cortez, 2012

THIESEN, Juares da Silva. **Tempos e espaços na organização curricular: uma reflexão sobre a dinâmica dos processos escolares**. Educação em Revista. Belo Horizonte, 2011.

